

UGT recebida pelo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa

O Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa - Nils Muizneiks - esteve em Lisboa, na passada semana, para uma visita de três dias, tendo como objetivo informar-se junto dos parceiros sociais e de outras organizações da sociedade civil sobre a situação em Portugal, muito na óptica do aumento da pobreza e das discriminações sobretudo no que respeita às crianças e aos idosos.

Assim, a reunião com a Delegação da UGT centrou-se, nomeadamente, no impacto das medidas de austeridade sobre os direitos humanos dos grupos sociais mais vulneráveis.

A Central apresentou neste encontro as suas preocupações face ao alarmante aumento da taxa de desemprego, das desigualdades e da pobreza e exclusão social, fatores que colocam em causa os direitos humanos, tendo sublinhado desde o início que o seu conceito de direitos humanos era abrangente e que, nessa perspectiva, a situação que se vivia relativamente ao bloqueamento da negociação coletiva consubstanciava um forte ataque aos direitos humanos e sociais.

A UGT teve ainda oportunidade de manifestar, mais uma vez, a sua preocupação com uma Europa dirigida por um “diretório” e que necessita urgentemente de mudar de rumo sob pena de pôr em causa o próprio Projeto Europeu. Nesse sentido, apelou ao Conselho Europeu para que este faça “lobby”, nomeadamente, no que respeita à interpretação dada pelo Tribunal de Justiça Europeu, nos casos Lavalle, Rüffert, Vicking e Luxemburgo, que discrimina trabalhadores e põe em risco um dos pilares da construção europeia: a livre circulação das cidadãs e dos cidadãos europeus.

Finalmente e respondendo a uma solicitação do Comissário Europeu para enunciarmos três mensagens de que se faria portador para o 1º Ministro, na reunião do dia seguinte, a UGT escolheu:

- O desenvolvimento de políticas de combate aos níveis insustentáveis do desemprego que conduz ao aumento da pobreza, da precariedade, das desigualdades, em suma, que contribui para o exacerbar das violações ao nível dos direitos humanos;
- O cumprimento urgente e integral do “Compromisso Tripartido para o Crescimento, Competitividade e Emprego” assinado em 18 de Janeiro último;
- O reforço do Diálogo Social nas suas várias vertentes.